

VII

SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO¹

Taciane Couto Gonçalves

1. Considerações introdutórias

O atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro apresenta para o conjunto da sociedade a compreensão que a profissão tem sobre si e a leitura de mundo a qual a profissão adere. Ainda que seja comumente confundido com sua forma jurídico legal, tal projeto profissional expressa um direcionamento social construído coletivamente por e para os/as assistentes sociais. Pela complexidade que assume, sua construção e apreensão requer dos/das profissionais: permanente qualificação crítica – formação graduada e permanente –; auto-organização política; rigorosa produção intelectual e construção de alianças com organizações de classe que defendam o mesmo horizonte estratégico de superação desta ordem societária que domina, explora e oprime enormes parcelas da população.

Herança do processo de renovação² da profissão ocorrido no último terço do século XX, o atual projeto profissional assume o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe

¹ Este capítulo é proveniente das elaborações desenvolvidas na tese de doutorado de mesmo título, defendida pela autora em 2025, sob orientação da professora Dr^a Luciana Gonçalves Pereira de Paula, pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Mais especificamente, expressa uma das vertentes políticas que integrou tal processo de renovação do Serviço Social no Brasil e buscou romper com o tradicional conservadorismo social e profissional. Sobre as principais correntes teórico-político-interventiva existentes no interior do Serviço Social brasileiro e suas diferenças, conferir a obra de Netto (1991).

trabalhadora. Com isso, entendemos que seu fortalecimento passa tanto por disputas hegemônicas internas como por disputas hegemônicas entre projetos societários (pois, estes se desdobram no sentido de ampliar ou restringir o campo social que lhe dá legitimidade). No primeiro caso, não bastam ações isoladas ou um pequeno número de projetos exitosos para sustentá-lo, pois sua capilaridade precisa alcançar os cotidianos profissionais, com adesão numerosa da base profissional. No segundo caso, a estratégia externa passa pela solidariedade de classe e apoio às lutas democráticas e emancipatórias.

No presente artigo trataremos da ação profissional de assistentes sociais junto às lutas e movimentos sociais e a importância dessa relação mais orgânica entre o Serviço Social e as organizações da classe trabalhadora para o fortalecimento do atual projeto ético-político. Estruturamos esta discussão iniciando com o contexto da aproximação mais orgânica da profissão com os interesses dos/das trabalhadores/as, entendendo que a ascensão das lutas sociais de resistência à ditadura empresarial-militar foi crucial para a emergência do projeto ético-político crítico do Serviço Social, pois, a aproximação com a organização popular teria mediado o processo de reflexão crítica sobre a sociedade capitalista e sobre o significado social do seu trabalho no marco do capitalismo tardio, guardando ainda, portanto, o potencial da crítica das relações sociais.

Com uma nova direção social defendida no interior da profissão, a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora torna-se um princípio orientador que aponta, dentre outras coisas, para a importância da contribuição profissional, por exemplo, em processos de mobilização e organização da classe trabalhadora. Por esta razão, apresentamos num segundo momento uma breve sistematização do trabalho junto aos movimentos sociais – no âmbito das próprias organizações de classe e em interlocução com elas a partir de outros espaços ocupacionais – buscando contribuir com o debate do trabalho profissional e analisando em que medida o trabalho com tais atores fortalece o projeto ético-político hegemônico,

ao mesmo tempo que fortalece os projetos societários democráticos e emancipatórios.

2. O atual projeto ético-político tem tudo a ver com o lado que a gente se coloca no mundo!³

A constituição do Serviço Social brasileiro, quando compreendida no bojo das relações sociais, expressa, de maneira mediada e contraditória, as disputas ideológicas que atravessam as esferas política, econômica e social em cada período histórico. É nesse sentido que a emergência e significado do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é melhor compreendido quando situado no terreno de disputas hegemônicas. Sua emergência remete às disputas ocorridas no último terço do século XX, e sua vigência nos convida a considerar como se situa na contemporaneidade, num contexto de quase meio século de vigência do projeto capitalista neoliberal.

As raízes do projeto profissional crítico remetem ao contexto mais amplo da crise da ditadura empresarial-militar, relacionando-se ao processo de reorganização das lutas sociais – de espectros ideológicos diversos, mas que tinham em comum a resistência à ditadura – que tensionaram os mecanismos autoritários de dominação e que retomam o protagonismo político de setores subalternizados. A movimentação de classe naquele período oportunizou, dentre outras coisas, a aproximação da profissão (pela formação, pelo trabalho e pela militância) aos processos de resistência e enfrentamento da classe trabalhadora, e as reflexões provenientes desse processo puderam ser teoricamente elaboradas à luz da tradição marxista.

Conjunturalmente, a partir da primeira metade da década de 1970, o esgotamento do chamado “milagre econômico” evidenciou os limites do projeto de modernização conservadora conduzido pelo regime autoritário. A desaceleração do crescimento econômico, combinada ao agravamento das desigualdades sociais, contribuiu para

³ Extrato da transcrição de uma das entrevistas prestadas para a tese. Conferir Gonçalves (2025).

o progressivo desgaste da legitimidade da ditadura junto a amplos segmentos da sociedade. Diante desse cenário, a resposta política da autocracia burguesa consistiu na formulação de uma estratégia de transição controlada, conhecida como “distensão lenta, gradual e segura”. Ou seja, esta estratégia não significou uma ruptura dos governos militares com o autoritarismo, foi sim uma tentativa de administrar a crise de maneira a preservar os interesses do capital internacional e da classe dominante no Brasil a ele subserviente.

Apesar do processo de abertura política ser rigidamente controlado, houve uma intensificação das mobilizações sociais, especialmente nos grandes centros urbanos. Observou-se a reorganização de lutas de caráter político mais amplo, como a campanha pela anistia aos/às presos/as e exilados/as políticos/as e a defesa da retomada das eleições diretas, ao mesmo tempo em que se ampliavam as mobilizações operárias e as populares. As greves deflagradas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sobretudo na região do chamado “ABC paulista”, expressaram a reemergência do movimento sindical combativo.

Simultaneamente, nas periferias urbanas, desenvolveram-se mobilizações de caráter mais localizado, frequentemente impulsionadas por experiências de trabalho social vinculadas a setores progressistas da igreja católica. Esses movimentos recompunham a capacidade organizativa da classe trabalhadora ao articularem demandas imediatas relacionadas às condições de vida da população que reivindicava moradia, melhorias no transporte coletivo, acesso ao saneamento básico, pavimentação e iluminação pública, além de serviços de saúde, lazer e educação infantil. A denúncia do elevado custo de vida constituía elemento central dessas lutas, que explicitavam o impacto da crise econômica sobre os setores populares (Kowarick, 1988). Tratavam-se, em geral, de

lutas isoladas, de caráter localista, raramente conseguindo uma organização que transcendesse os quarteirões situados em torno das paróquias ou associações de bairro. No mais das vezes, envolviam diminuto número de pessoas em torno de lideranças mas que,

malgrado seu fluxo e refluxo, traziam algo de novo ao aparentemente amorfo cenário implantado pela ditadura (Kowarick, 1988, p. 315).

Essas formas de organização para resistência e enfrentamento político desempenharam papel relevante no desgaste das bases de legitimidade do regime, ao tornarem visível a incapacidade do governo de responder às necessidades mais elementares da população trabalhadora. Ao lado dessas mobilizações, muitas vezes na clandestinidade, também se registraram iniciativas de organização e mobilização de natureza partidária e sindical, bem como, em menor escala, ações armadas conduzidas por organizações de guerrilha.

Sob um contexto repressivo imposto pela ditadura, a Lei de Segurança Nacional desempenhou papel central, funcionando como instrumento jurídico da violência institucionalizada. A legislação de exceção criminalizava as lutas populares, punia e perseguia a sujeitos individuais e coletivos classificados como subversivos e identificados como ameaças à ordem vigente, dificultava a articulação e a comunicação entre os diferentes movimentos sociais e demais organizações políticas, inviabilizando a centralização de suas ações, o que explicava a fragmentação organizativa diante da vigilância que limitava a articulação em escala mais ampla (Brant, 1983).

Paradoxalmente, o fechamento dos canais institucionais de participação política contribuiu para o fortalecimento de laços de solidariedade comunitária, que se tornaram fundamentais para a sustentação de diversas experiências de mobilização popular. Nesse processo, a atuação de determinadas instituições foi decisiva para garantir condições mínimas de existência pública desses movimentos. Como destaca Brant,

Não se pode, no entanto, compreender a multiplicação e o crescimento desses movimentos se não se leva em conta o papel de instituições e de outros movimentos que abriram espaço para a sua atuação. No contexto político em que surgiram, os novos movimentos sociais só poderiam atuar abertamente ao contar com a proteção de alguma instituição reconhecida ou com um apoio considerável e ostensivo na opinião pública. A Igreja, as instituições civis atentas aos

direitos humanos, o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], o movimento estudantil, com sua ação em favor das liberdades, criou inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos sociais surgidos da base (Brant, 1983, p. 14).

O movimento estudantil, em particular, retomou sua tradição histórica de engajamento político, articulando-se com diferentes segmentos da classe trabalhadora e participando ativamente das lutas pela redemocratização. Por meio de ações culturais, atividades políticas, solidariedade às greves operárias e defesa das liberdades democráticas, a juventude estudantil organizada contribuiu para a recomposição do campo oposicionista ao regime, reafirmando seu papel como sujeito coletivo relevante no processo de transição política.

A repressão alcançava o campo e a floresta, reprimindo duramente as organizações que surgiram para lutar por trabalho digno, por terra e pela democracia. No meio rural e nas regiões de fronteira econômica, especialmente na Amazônia, a política de expansão territorial e de integração nacional promovida pela ditadura produziu graves violações de direitos humanos. Comunidades indígenas e populações tradicionais foram alvo de perseguições, deslocamentos forçados, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos, práticas posteriormente documentadas por investigações oficiais e relatórios de comissões da verdade. Esses processos revelam a face violenta do projeto autoritário de desenvolvimento, assentado na expropriação de territórios e na negação sistemática de direitos de povos originários e tradicionais.

Também no campo das lutas antirracistas e das dissidências sexuais registraram-se formas específicas de resistência. Apesar da repressão, emergiram iniciativas voltadas à denúncia do mito da democracia racial, amplamente reforçado pelo regime, inclusive por meio do controle da produção acadêmica e da invisibilização das categorias raciais nos censos demográficos.

Simultaneamente, políticas de vigilância e punição dos chamados “desvios morais” transformaram a sexualidade em questão de segurança nacional, incidindo de maneira particularmente violenta sobre populações consideradas indesejáveis. Ainda assim, nos suspiros finais da ditadura, começaram a se articular movimentos identitários que passaram a disputar, ainda que de forma incipiente, a arena institucional (Quinalha, 2018).

Em conjunto, essas múltiplas formas de resistência expressaram a recomposição do protagonismo popular no espaço público, desempenhando papel central na crise política do regime ao tensionar seus mecanismos de controle social e explicitar os limites estruturais do autoritarismo brasileiro. E embora situadas na realidade nacional, tais lutas devem ser compreendidas no marco mais amplo da experiência latino-americana, caracterizada, ao longo do século XX, por intensos conflitos sociais, regimes autoritários e variadas estratégias de resistência popular.

A partir da segunda metade do século XX, a intensificação das lutas sociais em torno de reformas estruturais, da ampliação das liberdades democráticas e da melhoria das condições de trabalho e de vida conformou uma conjuntura favorável para que segmentos mais críticos da base social do Serviço Social buscassem uma aproximação mais orgânica com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Esse movimento não se deu de forma homogênea, consensual ou linear, mas como resultado das transformações políticas mais amplas que atravessavam a sociedade brasileira, particularmente no contexto de crise do regime autoritário.

A vinculação desses setores da profissão às demandas da classe trabalhadora passou a se expressar em diferentes planos –

organizativo⁴, teórico⁵ e interventivo⁶. Atravessada por disputas internas, tal inflexão conviveu com projetos profissionais distintos, pois, havia os segmentos que apostavam em estratégias de modernização profissional compatíveis com as reformas institucionais conduzidas pela ditadura empresarial-militar e outros que defendiam o resgate das bases mais conservadoras do Serviço Social tradicional⁷. Já os segmentos influenciados pela dinâmica das mobilizações populares, pela crítica ao capitalismo e pela crítica ao autoritarismo, passaram a questionar o significado social da profissão e buscaram reorientar a intervenção profissional a partir de um diálogo mais estreito com os movimentos sociais e demais organizações de classe que explicitavam as demandas das classes subalternizadas (Silva, 2007).

Nesse processo, observa-se o fortalecimento da organização político-sindical da categoria profissional, elemento central na disputa entre diferentes projetos de Serviço Social. Tal fortalecimento contribuiu para o avanço de uma vertente teórica e política comprometida com a ruptura com o conservadorismo e com a construção de uma crítica contra hegemônica no interior da profissão. As entidades representativas do Serviço Social desempenharam papel estratégico ao impulsionar essa inflexão, na medida em que articularam

⁴ Entidades como os CFAS e CRAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais) foram criadas em 1962 e passaram por uma renovação nos idos de 1980, migrando de uma postura corporativista para uma postura mais interessada nas contradições da época e mais atentas à solidariedade entre a classe trabalhadora (Guerra; Ortiz, 2009; Abramides, 2006).

⁵ O ascenso da ação política dos setores populares – que impactou no trabalho e na militância política – bem como o ingresso no circuito acadêmico universitário propiciaram a aproximação com a tradição marxista e, posteriormente, com o pensamento marxiano propriamente dito.

⁶ Ao serem requisitados pela classe dominante para desenvolverem seu trabalho no âmbito da prestação de serviços sociais, os/as assistentes sociais lidam diretamente com as necessidades mais imediatas da classe trabalhadora. No contexto em análise, a dimensão política e o caráter educativo do exercício profissional são percebidos e direcionados na perspectiva de estimular a participação democrática da sociedade e a luta por direitos.

⁷ A ditadura empresarial-militar criou condições para uma modernização do conservadorismo que, resguardadas as diferenças em relação ao que o Serviço Social tradicional representava, mantinha a defesa do *status quo* (Netto, 1991).

a profissão ao campo ideopolítico mais progressista da classe trabalhadora e ampliaram sua inserção nas lutas sociais mais amplas (Abramides; Marconsin, 2020).

Com a emergência do chamado sindicalismo de luta, ao final da década de 1970, assistentes sociais passaram a se organizar em greves, em espaços de mobilização democrática e em associações sindicais, inicialmente por categoria e, posteriormente, por área de atuação. No contexto da retomada das entidades sindicais da profissão, entre 1977 e 1979, consolidou-se o reconhecimento da categoria como parte integrante da classe trabalhadora, em função de sua condição assalariada e de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho. Esse reconhecimento favoreceu a participação ativa dos/as assistentes sociais na reorganização do movimento sindical classista e na interlocução com diversos movimentos sociais populares, como aqueles voltados ao enfrentamento do custo de vida e da carestia, à luta pela saúde pública e pela criação do Sistema Único de Saúde, ao movimento feminista, à defesa de creches e moradia, ao movimento estudantil, ao movimento negro unificado e às lutas de trabalhadores/as sem-terra, quilombolas e povos indígenas (Abramides, 2016).

Como resultado desse engajamento, setores expressivos do Serviço Social passaram a integrar de forma direta as lutas pela democratização da sociedade brasileira, não apenas como apoiadores externos, mas como participantes ativos das lutas e das organizações de classe. Esse período foi decisivo para a conformação de novas concepções de organização sindical e de intervenção profissional, nas quais o confronto político e a defesa de direitos assumiram centralidade. As experiências protagonizadas por associações de moradores, movimentos contra a carestia, campanhas pela anistia, a retomada do movimento feminista e estudantil, as lutas pela reforma sanitária, agrária e urbana, o movimento negro unificado, as reivindicações por creches e pela demarcação de terras indígenas, bem como a construção de novas organizações partidárias, constituíram

referências sociopolíticas duradouras para o Serviço Social ao longo das décadas seguintes.

Embora o registro histórico sobre esse período seja limitado, Guerra e Ortiz (2009) indicam que a categoria profissional participou de maneira ativa das transformações sociais e políticas em curso. Esse engajamento deve ser compreendido como parte de um movimento mais amplo da sociedade civil, impulsionado pela crise da ditadura e pela afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização. Tal inflexão representou um marco decisivo para o Serviço Social, ao provocar o redirecionamento da produção teórica e da prática profissional para os debates sobre a formação social brasileira, o capitalismo, as relações de classe, a intervenção estatal, o exercício profissional e os processos de organização política da categoria.

Contudo, parece pertinente destacar que as análises sobre esse período histórico não são unânimes sobre o quão progressista a profissão foi em sua atuação (Netto, 1991), cabendo talvez explicitar que a guinada progressista assumida pelo Serviço Social brasileiro se deva em muito ao protagonismo de uma pequena parcela de profissionais que, com constatada competência, soube interpretar a “janela de oportunidade” surgida na conjuntura da época e assumiu a vanguarda da “virada profissional”. Tal constatação não diminui a relevância do processo, mas contribui para uma leitura mais rigorosa e menos idealizada de sua trajetória, justamente por revelar as nuances e disputas internas.

Os elementos aqui apresentados indicam que a consolidação da hegemonia de um projeto profissional crítico esteve, desde sua origem, associada ao fortalecimento da organização política interna da categoria e à sua vinculação orgânica com lutas sociais mais amplas de caráter democrático e/ou emancipatório. A direção social do Serviço Social brasileiro permanece em disputa, com projetos profissionais de distintas matrizes políticas, ideológicas e culturais buscando se firmar no interior da profissão. Por essa razão, a defesa e a efetivação do atual projeto ético-político dependem tanto da ação coletiva da categoria em

seus diversos espaços de atuação quanto da qualidade do diálogo estabelecido com as lutas e organizações da classe trabalhadora.

O pressuposto que orienta esta análise sustenta que a atuação profissional junto aos movimentos e lutas sociais contribui para o fortalecimento do atual projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que sua existência e hegemonia estão condicionadas a uma correlação de forças favorável, tanto interna quanto externamente à profissão. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender em que medida e sob quais condições a contribuição de assistentes sociais nos processos de assessoria, mobilização e organização popular incide sobre essa correlação de forças e contribui para materializar tal hegemonia.

A sistematização e a análise do exercício profissional desenvolvido no âmbito das organizações da classe trabalhadora e/ou a partir de outros espaços ocupacionais, revelam-se, portanto, um esforço pertinente e necessário. Isso porque podem inspirar outras experiências de trabalho a refletirem sobre como contribuir com processos de politização – pela reflexão e pela ação crítica – da vida social e de das relações de vida e trabalho nos marcos do capitalismo.

Considerando que o projeto profissional crítico expressa uma direção social construída coletivamente e que se materializa no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais, o apoio às formas legítimas de organização política da classe trabalhadora constitui uma dimensão central de sua efetivação. Ao se alinhar às lutas sociais que questionam a ordem vigente, a profissão contribui, ainda que de forma mediada, para o fortalecimento de um contexto social mais favorável à afirmação desse projeto, tanto no plano ideológico quanto político. A lógica subjacente é que o projeto ético-político crítico encontra melhores condições de consolidação em uma sociedade na qual se amplia a convicção de que é possível superar a exploração do trabalho e as múltiplas formas de opressão.

Sem uma base social (interna e externa à profissão) que lhe confira legitimidade, a defesa desse projeto tende a enfrentar obstáculos mais profundos, convertendo-se em um esforço

permanente de resistência contra tendências regressivas. Assim como em seu processo de emergência histórica, a hegemonia do projeto profissional crítico permanece intrinsecamente relacionada à auto-organização política da categoria e ao fortalecimento de uma base social comprometida com o aprofundamento da democracia, o enfrentamento das opressões e a crítica ao capitalismo. Diante do cenário contemporâneo de precarização do trabalho e de desmonte das políticas e serviços públicos, reforça-se a importância de que os/as assistentes sociais não se limitem ao cumprimento de rotinas institucionais ou tarefas burocráticas que tendem a reproduzir o *status quo*.

[...] o que nos legitima e nos mantém na sociedade do capital é o chamamento da burguesia que opera a existência da profissão na atenção às suas requisições, o que se materializa no âmbito do Estado, empresas, ONGs, instituições assistenciais, igrejas etc. Mas, é esse mesmo chamamento que coloca os assistentes em contato cotidiano com as massas trabalhadoras. São as requisições institucionais que, articuladas – direta ou indiretamente – às demandas dos trabalhadores, como usuários que são das políticas e serviços sociais (públicos e privados) que operamos na sociedade do capital – o que, quase nunca, resulta em respostas substantivas às necessidades individuais e coletivas dos trabalhadores – que nos coloca no fecundo, frutífero, fértil e útil convívio com as massas trabalhadoras e suas lutas sociais, no cotidiano da vida, o que envolve os momentos de desobediência, resistência e luta e os momentos de obediência, submissão e consentimento. Esse é um fato que, se necessário à burguesia, nos favorece na direção do projeto profissional, principalmente, como veremos, considerando o aspecto educativo da atividade profissional (Vasconcelos, 2017, posição 2332).

Parafraseando a autora, trabalhar sob o capital não é o mesmo que servir ao capital. Portanto, é fundamental valer-se da formação para realizar uma apreensão crítica da realidade, desenvolver intervenções profissionais igualmente críticas e construir alianças políticas orientadas pela ampliação de direitos, pelo fortalecimento da democracia e pela emancipação humana.

3. “O nosso projeto profissional nos chama a construção de coletividades”⁸

Em Silva (2007) encontramos que a aproximação ocorrida naquele contexto da rearticulação da sociedade civil e da transição democrática (1970-80) desdobrou-se em demandas dirigidas ao Serviço Social sob a forma de apoio técnico, assessoramento político-organizativo e, em determinados casos, por meio de contratações diretas por organizações populares. As respostas profissionais a essas demandas, segundo a autora, foram marcadas pela diversidade e pela ausência de homogeneidade.

É interessante, contudo, observar que nas décadas que se seguiram não se registrou um aumento de trabalho junto aos movimentos sociais, ainda que a profissão tenha notada presença em diferentes espaços ocupacionais no âmbito das políticas sociais e que os movimentos sociais sejam sujeitos de políticas públicas.

Sendo este um assunto que nos interessa, a síntese apresentada neste item foi possível a partir da realização de entrevistas⁹ feitas com profissionais do Serviço Social que atuaram ou atuam junto aos movimentos e lutas sociais – tanto pelo trabalho no âmbito do próprio movimento social¹⁰, como pela interlocução estabelecida a partir de outros espaços ocupacionais. Tais inserções profissionais abarcam as

⁸ Extrato da transcrição de entrevista prestada para a tese. Conferir Gonçalves (2025).

⁹ Coletamos dados por meio de pesquisa qualitativa de campo. Realizamos entrevistas semiestruturadas com 7 (sete) assistentes sociais que atuam/atuarão com movimentos sociais. A seleção das participantes utilizou a técnica de amostragem não probabilística "bola de neve", iniciada por busca ativa e amostragem por conveniência, seguida de cadeias de referência. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em novembro de 2023.

¹⁰ Há um levantamento feito pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022) em que 146 profissionais (em torno de 0,33% do total), num universo de 44.212 assistentes sociais entrevistados/as, informaram como principal vínculo de trabalho a inserção no que a pesquisa nomeou como "Sindicato Associação Movimento social e o popular". É um número inegavelmente pequeno se comparado com o número total, mas é também um universo quase desconhecido e que pode ser mais explorado em processos investigativos da nossa área (Gonçalves, 2025).

áreas sindical, questão agrária, mineração, cooperativismo, saúde do trabalho e educação superior.

A análise das entrevistas demonstra que, resguardados os diferentes contextos ocupacionais e as diferentes áreas de atuação política dos movimentos sociais citados, as demandas apresentadas pela base ou pelas lideranças dos movimentos sociais às assistentes sociais entrevistadas podem ser organizadas em três eixos principais: apoio à formação política, apoio à organização e à mobilização social e interlocução com políticas públicas e acesso a direitos. Embora apresentadas separadamente para fins analíticos, tais demandas se articulam de maneira orgânica na prática cotidiana, conformando um conjunto indissociável de ações voltadas ao fortalecimento da organização popular e da luta por direitos.

A **formação política** pode ser entendida como elementar para a elevação do nível de consciência crítica, para o fortalecimento organizativo e para a qualificação da luta política encampada pelos movimentos sociais e demais organizações de classe. A formação emerge como uma das principais demandas direcionadas às assistentes sociais, sendo-lhes solicitado o apoio para promover junto a um determinado público momentos de estudo, debate e proposição. O público-alvo pode ser a base social do movimento, suas lideranças ou a militância mais orgânica. Os conteúdos da formação podem estar diretamente relacionados ao próprio movimento – suas pautas imediatas e seu horizonte estratégico, sua história e organicidade, formas de trabalho de base – ou podem tratar de temas mais amplos relacionados aos aspectos da conjuntura política e sobre a correlação de forças sociais – como a garantia de direitos sociais, políticas públicas, relações de gênero, de raça, de classe, de violência, de trabalho, dentre outros.

Refletindo sobre a solicitação de apoio no planejamento e execução de momentos formativos, parece-nos razoável reconhecer que a formação acadêmico-profissional habilita o/a assistente social a realizar tal tarefa e que essas experiências exigem que sua intervenção não se limite à transmissão de informações, mas busque fomentar

processos de reflexão crítica sobre a realidade social, econômica e política, bem como sobre as contradições do modo de produção capitalista, tendo ou não como ponto de partida as necessidades concretas, mais imediatas, da base social do movimento em questão. E uma vez delimitado o público-alvo e o conteúdo, as atividades formativas poderiam assumir formatos variados, adequados aos objetivos propostos – poderíamos exemplificar como rodas de conversa, seminários, oficinas, cursos e outros, pontuais ou periódicos, de curta, média ou longa duração.

Também parece pertinente distinguir que no processo de exercer o caráter educativo do seu trabalho, o/a profissional tanto informa como forma. No caso, o ato de informar parece demonstrar uma praticidade e objetividade ao instruir a respeito de algo (tipos e acesso a benefícios sociais, documentação necessária, uso de tecnologias digitais, rotinas institucionais, forma de acesso ou funcionamento de determinado serviço, dentre outros exemplos) que é objeto de interesse do público demandante. Já o ato de formar a opinião de alguém a respeito de algo é tomada aqui como uma ação que pressupõe um nível mais aprofundado de elaboração intelectual de todas as partes envolvidas no processo. Além disso, entendemos que os processos formativos pressupõem um nível maior de criticidade, pois sendo uma ação demandada por uma organização de luta e orientada pelo atual projeto profissional, estaria voltada à compreensão das determinações estruturais que restringem ou mesmo negam direitos, restringem ou mesmo impedem mudanças na realidade.

Por demonstrarem diferentes graus de complexidade, entendemos que as profissionais se preparam de formas diferentes pra formar e informar o público-alvo em questão, se preparando (mediante estudo, pesquisa, sistematização e elaboração do conhecimento) para responder às demandas dos movimentos e elegendo o formato mais adequado para tais respostas (orientações individuais ou coletivas, palestras, cursos, recursos visuais, comunicados escritos etc.).

Segundo as entrevistas, a formação política pode ser direcionada ao fortalecimento de lideranças e ao estímulo do

protagonismo comunitário. Percebe-se, com isso, que a intenção da formação, quando solicitada por movimentos sociais e por grupos em processo de mobilização, é estimular a autonomia política dos indivíduos e coletivos, é contribuir para fomentar e aumentar a capacidade reivindicativa, é potencializar a participação qualificada das lideranças nos espaços de negociação e conflito. Especificamente nessas experiências analisadas, sobressaiu a percepção de que a atuação da assistente social se orienta pela construção coletiva do conhecimento, pelo respeito aos saberes da comunidade e pela recusa de práticas tuteladoras.

Outro eixo identificado reúne as demandas referentes aos processos de **mobilização social e de organização interna dos movimentos sociais**. Nesses casos, o apoio solicitado envolve desde o planejamento até a execução de atividades capazes de convocar e estimular a participação da população em geral ou a base social do movimento em alguma atividade específica (para ilustrar, poderíamos dizer que a mobilização se serve de ou serve para: assembleias, acampamentos, ocupações, manifestações, greves e demais atos públicos pensados para publicizar uma determinada pauta social, podendo envolver um público mais amplo que a própria base do movimento social). A mobilização contribui para dar visibilidade às lutas sociais, denunciar violações de direitos e ampliar a voz de grupos historicamente marginalizados e criminalizados. Em alguns casos, isso exige a articulação com outras organizações, instituições e redes de apoio, a fim de registrar e denunciar situações de violência, assédio e discriminação.

O apoio profissional também envolve a proposição e o suporte para eventos coletivos – de debate, tomadas de decisão política e de encaminhamentos – cuja realização, e seus respectivos desdobramentos, é importante para a dinâmica interna e organicidade dos movimentos sociais (também para ilustrar, poderíamos listar as reuniões, assembleias, congressos e outros eventos cujo público-alvo pode ser a base social ou as lideranças do movimento social).

A partir dos relatos, percebemos as assistentes sociais atuando de formas variadas nesse campo: colaboram na organização de atividades, produzem materiais informativos, participam de ações de agitação e diálogo com a população, acompanham lideranças e contribuem para a articulação entre diferentes atores sociais. Em muitos casos, o apoio profissional é simultaneamente prestado aos processos formativos, organizativos e de mobilização, reforçando a complementariedade dos mesmos.

O terceiro eixo foi nomeado de **interlocução com políticas públicas e luta pelo acesso aos direitos** porque reúne demandas cujas respostas são buscadas por meio do acionamento da rede socioassistencial presente no território. O diálogo e os possíveis encaminhamentos para a rede socioassistencial tanto ocorrem por demanda dos movimentos sociais quanto por iniciativa das próprias assistentes sociais, a partir da identificação de necessidades concretas da população atendida por elas. Quando ocorre desta rede não existir ou não atender adequadamente à população, abre-se a possibilidade de reforçar a importância do enfrentamento e do tensionamento político para que se amplie os recursos, os serviços e os direitos.

Atuando no âmbito do movimento social ou em interlocução com ele a partir de outro espaço ocupacional, quando solicitadas, as entrevistadas prestam orientação sobre direitos previdenciários e sociais; realizam acompanhamento de processos burocráticos; articulam-se com órgãos e serviços públicos; denunciam violações de direitos humanos, trabalhistas e sociais; prestam apoio na obtenção e organização de documentação. Sobre este último, destaca-se, de modo recorrente, a complexidade envolvida na comprovação de condições específicas exigidas para o acesso a benefícios, especialmente no caso de trabalhadores/as rurais e populações em áreas de conflito fundiário.

Lidar com a burocracia estatal, com o uso crescente de plataformas digitais e com a exigência de documentação frequentemente pouco acessível à população constituem obstáculos significativos ao acesso a direitos. Nesses contextos de trabalho junto aos movimentos e lutas sociais, as assistentes sociais podem também

mobilizar redes de apoio local como sindicatos, igrejas e outras organizações que possam validar informações e emitir documentos com certo valor probatório, pois ocorre de nem sempre um indivíduo dispor de documentação apropriada para viabilizar o acesso aos serviços e benefícios.

Entendemos que as demandas por apoio à formação, à organização e à mobilização política e as demandas de auxílio para o acesso aos direitos não estão indissociadas uma das outras. E entendemos que o atendimento de uma demanda impacta nas outras e que todas se retroalimentam de alguma maneira.

A formação, a organização e a mobilização popular fazem mais sentido quando pensadas em articulação, afinal, elas estruturam a atuação dos movimentos sociais e de grupos sociais em luta, dando-lhes melhores condições de dialogar com o conjunto da sociedade sobre suas pautas e de pressionar as instituições de interesse público e de interesse privado¹¹ no sentido da garantia e ampliação de direitos ou da realização de reformas ou do cumprimento da responsabilidade social.

Analisando as práticas relatadas pelas entrevistadas, notamos uma concepção de intervenção profissional orientada para a construção coletiva de respostas, em diálogo permanente com os movimentos sociais, com a comunidade e com as equipes de trabalho, respeitando a autonomia, o protagonismo e os saberes dos sujeitos envolvidos. Do nosso ponto de vista, isto demonstra o mérito da formação e atuação profissional de reconhecer e legitimar sua contribuição em tais tarefas,

¹¹ Entendemos que a população em luta, organizada ou não em movimentos sociais e demais organizações de classe, pode direcionar sua ação não apenas para instituições governamentais como também para empresas, corporações e instituições outras, principalmente se as ações de tais instituições tiverem impacto na vida social e ambiental. Por isso utilizamos no texto a expressão mais geral “instituições de interesse público e de interesse privado”. As exigências podem assumir o caráter de reparadoras, compensatórias, indenizatórias, dentre outros adjetivos que configurem um horizonte mais reformista ou paliativo. E podem também assumir uma radicalidade mais coerente com um horizonte de mudanças estruturais, com propostas que ao invés de mitigar busquem superar uma determinada contradição posta na realidade.

sem desconsiderar os desafios que podem surgir no trabalho junto aos movimentos sociais.

A respeito dos principais desafios que pudemos identificar através das entrevistas (no que diz respeito a relação de trabalho junto aos movimentos sociais) também foram organizados em três eixos: divergências políticas e dificuldades de articulação, insegurança no desempenho profissional e limitações burocráticas e estruturais das políticas públicas.

Sobre o que nomeamos de **divergências políticas e dificuldades de articulação** os apontamentos remetem aos conflitos e diferenças vivenciadas dentro das próprias organizações – especialmente as do campo sindical – que acabam por dificultar a proposição e construção de ações conjuntas. Disputas por protagonismo, diferenças partidárias e resistências internas afetam os espaços de articulação coletiva, independentemente da disposição das profissionais para promover ações unitárias. Tal desafio, inclusive, leva as entrevistadas a problematizarem possíveis idealizações dos movimentos sociais como espaços homogêneos e isentos de conflitos. Reconhecer as contradições internas, disputas de poder e limites organizativos é fundamental para evitar expectativas irreais sobre o trabalho profissional e sobre os resultados das ações desenvolvidas em conjunto.

Quanto a demonstração de **insegurança no desempenho das atividades**, eventualmente sentida por alguma das entrevistadas, interpretamos ou associamos à inexperiência profissional e à falta de familiaridade com processos de mobilização e organização popular. Isso porque as entrevistadas que relataram algum receio quanto à condução das ações e à definição do papel profissional nesses espaços, demonstraram tal insegurança especialmente no início da carreira. Entendemos que defender uma formação acadêmico-profissional crítica – que articula ensino, pesquisa, extensão e estágio para oferecer um repertório teórico-prático mais consistente para enfrentar os desafios profissionais, especialmente os que surgem quando se trabalha em interlocução ou no âmbito dos movimentos e lutas sociais – é a

principal forma de mitigar tal insegurança (ainda que não elimine todas as incertezas inerentes ao trabalho profissional, já que a realidade é dinâmica e mutável), acompanhada da formação continuada e da promoção de debates sobre o assunto no âmbito da própria profissão.

Sobre as **limitações burocráticas e estruturais das políticas públicas**, reunimos aqui as ponderações feitas pelas entrevistadas que, em geral, demonstravam a dificuldade de garantir o acesso da população aos benefícios e serviços sociais, seja pela exigência de comprovações muitas vezes inviáveis pela ausência de documentação, seja pela inexistência ou baixa cobertura do serviço no território. Observamos que mesmo quando a profissional demonstra ter compreensão sobre as contradições inerentes às políticas sociais (que embora atendam as demandas vitais da população, apenas mitigam as mazelas decorrentes da questão social), a não resolutividade dos serviços produz frustrações para a população que não se vê satisfatoriamente atendida e para as profissionais que podem internalizá-la como uma ineficiência pessoal.

Lembremos que as políticas sociais são contraditórias, ao mesmo tempo em que funcionam como instrumentos de controle social e reprodução do capital, expressam conquistas históricas da classe trabalhadora. Contudo, notamos que reconhecer essa contradição não impede que as profissionais vivenciem os sentimentos de frustração e desânimo diante da baixa resolutividade das ações, especialmente quando lidam cotidianamente com situações de desigualdade, violência e opressão.

Diante dos desafios apresentados, parece-nos pertinente reafirmar a centralidade da reflexão crítica e da autonomia profissional como fundamentos indispensáveis para o trabalho do/a assistente social junto aos movimentos sociais. Mais do que respostas prontas, o enfrentamento das contradições presentes nesses espaços exige análise rigorosa da realidade, clareza ético-política e compromisso com os processos coletivos de luta da classe trabalhadora.

4. Considerações finais

É paradoxal perceber que o neoliberalismo ainda goza de grande legitimidade na esfera ideocultural mesmo sendo responsável por altas taxas de desemprego; pela intensificação e generalização da precarização no mundo do trabalho; pela crescente concentração de riqueza nas mãos de poucos e pela correspondente miserabilidade imposta à maioria da população. A esse conjunto de efeitos somam-se ataques sistemáticos aos direitos humanos, sociais, políticos, civis, trabalhistas e ambientais, promovidos tanto por agentes internos quanto externos em defesa dos interesses do capital. Ainda que parcelas significativas da classe trabalhadora manifestem insatisfação com os desdobramentos desse projeto societário, tal descontentamento tem sido frequentemente capturado e canalizado pela extrema direita, que mobiliza discursos meritocráticos, xenofóbicos, empreendedoristas e um nacionalismo apenas aparente, uma vez que não afirma a soberania nacional, mas reforça a subordinação aos interesses do imperialismo, em especial o estadunidense.

Se outrora as lutas sociais, e as organizações de classe que as protagonizavam, constituíram mediações centrais para que segmentos do Serviço Social elaborassem uma crítica ao ordenamento social vigente e às bases conservadoras da profissão, na conjuntura atual a vinculação orgânica com essas instâncias permanece não apenas relevante, mas necessária e urgente. Tal relação cumpre papel decisivo tanto para a profissão – ao preservar e atualizar seu horizonte crítico – quanto para os setores populares com os quais assistentes sociais se relacionam cotidianamente em seu exercício profissional. Nesse sentido, a organização política da classe trabalhadora precisa ser, mais do que nunca, reconhecida, legitimada e estimulada. Demandas vivenciadas de forma individualizada carecem de ser socializadas e coletivizadas, de modo que os sujeitos possam se reconhecer como integrantes de uma classe social e, a partir desse pertencimento, construir respostas coletivas às expressões da questão social.

Na contemporaneidade, o Serviço Social dispõe de um acúmulo teórico-metodológico rigorosamente produzido, de elevada relevância social, que inclui reflexões consistentes sobre os limites e as potencialidades do trabalho profissional nos processos de mobilização e organização social. Por essa razão, não se sustenta o argumento de que a interlocução com movimentos sociais implicaria a descaracterização ou o abandono das atribuições profissionais. Ao contrário, tal aproximação tende a ampliar o horizonte interventivo da profissão, ao inspirar a incorporação de novos instrumentos, procedimentos, metodologias e estratégias de ação ao exercício profissional. Ademais, essa interlocução reconhece a contribuição específica do Serviço Social em atividades próprias do universo das lutas sociais e das organizações de classe, ao mesmo tempo em que reafirma a importância de referenciar essas experiências junto à população atendida nos distintos espaços ocupacionais. Nesse sentido, torna-se pertinente avançar na reflexão acerca de como os movimentos e lutas sociais podem ser apresentados à população usuária como espaços capazes de viabilizar experiências alternativas às relações sociais capitalistas que são marcadas pela exploração, pela alienação e pelas múltiplas formas de opressão.

Nestas primeiras décadas do século XXI, observa-se a participação mais ativa de movimentos sociais na gestão de políticas públicas, colocando-lhes o desafio de articular a luta nas ruas com a atuação no interior da institucionalidade estatal. Tal fato, inclusive, é vivenciado de perto por algumas profissionais entrevistadas, assim como é vivenciado por algumas a interlocução com novas experiências de conflito social, como é o caso das greves de entregadores/as por aplicativos (trabalhadores/as de plataformas digitais que denunciam as contradições do que vem sendo chamado de “uberização” do trabalho) ou o caso de mobilizações por reparação social e exigência de consulta pública em situações de impacto por grandes empreendimentos. Esse cenário evidencia a urgência de estabelecer diálogos entre organizações de classe historicamente consolidadas e essas novas experiências

organizativas, cujas pautas e formas de ação tensionam os limites tradicionais da representação política e sindical.

Do projeto ético-político não deriva uma intervenção ou uma resposta específica, previamente definida. Ocorre que o mesmo orienta (com referências teóricas, políticas e históricas) a ação profissional para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, valendo-se do contato direto com a população para, por exemplo, fortalecer o sentido de solidariedade de classe, promover uma concepção de democracia radical (que busca reformas profundas e estruturais) e, nesses termos, contribuindo para construir condições que tornem o cenário mais favorável à consolidação da hegemonia do atual projeto ético político.

Isso não depende exclusivamente da vontade individual, mas também envolve escolhas ético-políticas realizadas no exercício da autonomia intelectual profissional. Nesse sentido, destaca-se o caráter educativo da intervenção do Serviço Social, que pode ultrapassar a mera transmissão de informações e estimular reflexões críticas acerca da realidade social em suas dimensões micro e macrossociais, potencialmente contribuindo para práticas transformadoras. Sem superdimensionar esse aspecto, é possível compreender o caráter educativo como a construção de mediações e pontes: ao apresentar as lutas e os movimentos sociais à população atendida, abre-se para ela a possibilidade de vivenciar outras formas de sociabilidade, cujos efeitos podem extrapolar os limites diretos da intervenção profissional.

E estendendo esta reflexão para aqueles e aquelas profissionais que ainda não consideraram o trabalho no âmbito e em diálogo com os movimentos sociais, talvez a maior possibilidade que circunscreva o trabalho seja trazer os processos de organização e mobilização social para o horizonte da população que atendemos, pois, como sujeitos de políticas públicas e sujeitos da transformação social, os movimentos sociais progressistas são capazes de mediar o processo de elevação do nível de consciência do senso comum para o senso crítico; são capazes de propiciar a vivência de novas relações humanas; são capazes de mediar o processo de auto reconhecimento da classe trabalhadora como protagonista na conquista de direitos, na ampliação de serviços e nas mudanças situacionais e estruturais (Gonçalves, 2025, p. 213).

Reconhecer que os limites da intervenção profissional não coincidem com os limites da ação dos próprios movimentos sociais implica compreender que fortalecer e referenciar essas organizações significa ampliar o alcance da intervenção social. A inserção da população em organizações políticas de classe pode viabilizar processos de transformação que extrapolam aquilo que a atuação profissional, isoladamente, é capaz de alcançar.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. “80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.127, p. 456-475, 2016.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. BRANT, Vinícius Caldeira; SINGER, Paul (orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. 1983.

CFESS [CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL]. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso: 27 ago. 2025.

GONÇALVES, Taciane Couto. **Serviço Social, movimentos sociais e o fortalecimento do projeto profissional crítico**. 2025. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2025.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima S. Grave. “Os caminhos e os frutos da ‘virada’: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais”. *In.*: **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro. v. 19 n° 2, 2009 (p. 123-136).

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (315-325).

MARCONSIN, Cleier; ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. “Serviço Social e movimentos sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio histórica brasileira”. *In.*: MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FORTI, Valeria Lucilia (orgs). **Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias**. Minas Gerais: Navegando, 2020 (183-202).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

QUINALHA, Renan. “Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro”. *In.*: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018 (15-38).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2017. Edição Kindle.